



CARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 167º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS

Prezados Juízes da honrosa Corte Interamericana,

Meu nome é Carla Baré e falo em nome da Coiab.

Esta audiência é histórica pois ocorre pela primeira vez na Amazônia Brasileira, [o pulmão do planeta]. Hoje, compareço diante de vocês não apenas como representante indígena do Brasil, mas como a voz de milhares de povos e comunidades amazônicas que têm protegido esta terra por séculos.

Nossos ancestrais, que habitam esses territórios desde tempos imemoriais, nos ensinaram a viver em harmonia com a natureza, a respeitar cada árvore, cada rio, cada animal, como parte integral de nossa existência. Hoje, como já mencionado, essa sabedoria ancestral é mais valiosa do que nunca em nossa luta contra a crise climática.

Os povos indígenas, como o meu o povo baré, habitam em territórios que abrigam quase 80% da biodiversidade mundial. Nossa conexão profunda com o território não é apenas um legado cultural, mas sim um pilar essencial para a estabilidade climática global. No entanto, apesar de contribuirmos minimamente para o aquecimento global, somos os primeiros a sofrer seus impactos devastadores. Os incêndios que assolam a Amazônia brasileira, exacerbados pelas mudanças climáticas, são uma dolorosa manifestação dessa ameaça.

Apesar de nossa contribuição vital para a proteção do meio ambiente, enfrentamos ameaças constantes e graves. Nossos territórios são vistos como simples recursos a serem explorados, sem considerar que sua integridade depende de nossa presença. As estatísticas são claras: enquanto 7% das terras não indígenas na Amazônia brasileira foram desmatadas entre 2000 e 2012, apenas 0,6% das terras protegidas por comunidades indígenas sofreram o mesmo destino. Este contraste ressalta a importância de nossos conhecimentos tradicionais e a urgência de proteger nossos direitos e territórios.

É um triste paradoxo que aqueles que protegem os últimos refúgios de biodiversidade sejam criminalizados. Nós, os povos indígenas, não escolhemos ser guardiões do meio ambiente; é parte intrínseca de nossa existência desde tempos imemoriais. Nosso modo de vida, enraizado no direito da autodeterminação, é o que preserva nossas florestas e biodiversidade. Não somos defensores do meio ambiente por escolha, mas sim por nossa relação com a mãe terra, nosso território e nossa conexão sagrada com a natureza.



Apelamos a esta honrosa corte para que compreenda nossa situação: merecemos uma proteção diferenciada como defensores não apenas do meio ambiente, mas também de um modo de vida baseado na autodeterminação, defendemos nosso território e todos os seres que habitam em harmonia com a natureza. Pedimos aos estados que protejam nossos modos de vida, que como consequência protegem o meio ambiente.

Precisamos de uma resposta integral dos Estados que garanta a segurança jurídica de nossos territórios, como a demarcação da totalidade dos territórios, que rejeite leis que nos colocam em perigo, como o marco temporal, e que crie e implemente mecanismos de proteção dos defensores em colaboração conosco.

Somente assim poderemos manter esses territórios cruciais, que agora servem como sumidouros de carbono. Ao salvaguardar nossos direitos e territórios, asseguramos o futuro de toda a humanidade. Ao proteger os direitos dos povos indígenas, protegemos a essência mesma da humanidade e abrimos caminho para um futuro para todos.

Muito obrigada.